



Prova Escrita objetiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA EM ENGENHARIA CIVIL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

Uma viga de concreto armado de 150 mm x 450 mm de dimensões (base x altura) foi dimensionada à flexão, com base no diagrama simplificado retangular da distribuição de tensões de compressão do concreto. A altura da linha neutra na seção de ruptura foi avaliada em 80 mm. A resistência característica do concreto à compressão e o coeficiente de minoração da resistência do concreto são iguais a 35 MPa e 1,4. A resultante das forças de compressão no concreto na seção de ruptura, em kN, é:

- (A) 336,0;
- (B) 285,6;
- (C) 255,0;
- (D) 240,0;
- (E) 204,0.

23

A pressão da água corrente sobre um pilar de uma ponte, em kgf/m^2 , é diretamente proporcional ao produto entre um coeficiente adimensional, que depende da forma da seção transversal do pilar, e o quadrado da velocidade da água corrente em m/s. Sabendo que a pressão da água corrente sobre um pilar circular, o coeficiente adimensional de uma seção circular e a aceleração da gravidade são $1,4 \text{ kN/m}^2$, 35 e 10 m/s^2 , a velocidade da água corrente, em km/h, é:

- (A) 7,20;
- (B) 3,60;
- (C) 2,00;
- (D) 0,72;
- (E) 0,36.

24

Uma barra de aço de seção quadrada de 10 mm x 1000 mm de dimensões (lado x comprimento) está confinada entre dois apoios rígidos quando a temperatura é 25°C . Considerando o coeficiente de dilatação térmica e o módulo de elasticidade longitudinal do aço iguais a $10^{-5}/^\circ\text{C}$ e 200 GPa, a tensão térmica normal média desenvolvida na barra quando a temperatura sobe para 50°C , em MPa, é:

- (A) 100;
- (B) 50;
- (C) 25;
- (D) 10;
- (E) 5.

25

O coeficiente de não uniformidade de um solo arenoso é igual a 2. Sabendo que esse solo possui 60% em peso das partículas com diâmetro abaixo de 0,24 mm, o seu diâmetro efetivo, em mm, é:

- (A) 2,00;
- (B) 0,42;
- (C) 0,24;
- (D) 0,12;
- (E) 0,06.

26

A tensão na vertical abaixo do ponto de uma carga concentrada em um ponto no interior da massa elástica, homogênea e isotrópica de um solo é aproximadamente igual à metade da razão entre o valor da carga concentrada e o quadrado da profundidade. Dessa forma, a profundidade abaixo do ponto de uma carga concentrada de 100 kN, cuja tensão é de 12,5 kPa, é igual a:

- (A) 300 cm;
- (B) 250 cm;
- (C) 200 cm;
- (D) 150 cm;
- (E) 100 cm.

27

Um bloco de concreto armado de 1500 mm x 2000 mm x 800 mm (largura x profundidade x altura) de dimensões está enterrado em um solo e apóia um pilar, cuja carga concentrada em serviço é 150 kN. Desprezando o peso do aterro sobre o bloco e sabendo que o peso específico do concreto armado, o coeficiente de majoração de carga concentrada, e a aceleração da gravidade são 25 kN/m^3 , 1,4 e 10 m/s^2 , a pressão de projeto sobre o solo, em kgf/cm^2 , é:

- (A) 0,09;
- (B) 0,90;
- (C) 9,00;
- (D) 90,00;
- (E) 900,00.

28

Uma tora de madeira verde de 650 kgf de peso apresenta, no ponto de saturação, uma umidade de 30%. Considerando a aceleração da gravidade igual a 10 m/s^2 , o seu peso seco em estufa, em kN, é:

- (A) 4,55;
- (B) 45,50;
- (C) 455,00;
- (D) 50,00;
- (E) 5,00.

29

Com relação ao vidro na construção, analise as afirmativas a seguir:

- I. O assentamento dos vidros em esquadrias é feito com auxílio de massa chamada "massa de vidraceiro".
- II. O vidro translúcido é um tipo de vidro classificado quanto ao seu acabamento.
- III. O vidro laminado consiste em duas ou mais lâminas de vidro fortemente interligadas, sob calor e pressão, por uma ou mais camadas de polivinil butiral ou outra resina plástica.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) III.

30

Com relação aos tipos de cimento Portland, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () O CP I é produzido sem quaisquer adições além do gesso, que é utilizado para regularizar a pega.
- () O CP V-ARI tem como propriedade atingir altas resistências somente nos últimos dias após a aplicação.
- () O CP III é obtido pela adição de escória granulada de alto-forno.

A sequência correta é:

- (A) V - F - V;
- (B) V - V - V;
- (C) V - V - F;
- (D) F - V - V;
- (E) F - F - F.

31

A curva tensão de compressão - deformação longitudinal do concreto de 30 MPa de resistência pode ser obtida por meio do ensaio de compressão uniaxial centrada em um cilindro padrão 150 mm x 300 mm (diâmetro x altura) de dimensões até sua ruptura. Sabendo que para as tensões de 0,5 MPa e 9 MPa, as deformações longitudinais do concreto foram 19×10^{-6} e 346×10^{-6} respectivamente, o módulo de elasticidade longitudinal secante desse concreto, em GPa, é:

- (A) 20,8;
- (B) 23,5;
- (C) 26,0;
- (D) 27,8;
- (E) 38,5.

32

Uma barra de aço de 8 mm de diâmetro foi ensaiada até a sua ruptura. Na ruptura, o seu diâmetro diminuiu, passando para 6 mm de diâmetro. A percentagem de redução de área dessa barra, em %, é:

- (A) 25,0;
- (B) 43,8;
- (C) 60,8;
- (D) 77,8;
- (E) 94,8.

33

Uma bacia hidrográfica recebeu uma precipitação crítica de 85mm/h. A área da bacia é de 5 km^2 . Sabendo que dessa área $2,2 \text{ km}^2$ são de pastagens com coeficiente de runoff (CR) de 0,4; $1,8 \text{ km}^2$ são de solo sem vegetação, com CR de 0,2 e $1,0 \text{ km}^2$ é de pavimentação intertravada com CR de 0,61. A vazão, em m^3/s , devido a essa precipitação crítica é:

- (A) 8,22;
- (B) 18,04;
- (C) 32,25;
- (D) 43,68;
- (E) 64,26.

34

Considere as seguintes informações sobre dois tipos de construção com uso de alvenaria, X e Y:

X: as paredes servem apenas como fechamento e separação de ambientes e todo o peso é absorvido pelo sistema pilares, lajes e vigas;

Y: as paredes têm a função de suportar o peso da laje ou da cobertura e a estrutura é formada pelas paredes e lajes.

Analisando as informações de cada uma, conclui-se que:

- (A) Y é uma alvenaria convencional;
- (B) X e Y são uma alvenaria convencional;
- (C) X é uma alvenaria estrutural;
- (D) X é uma alvenaria estrutural e Y uma alvenaria convencional;
- (E) X é uma alvenaria convencional e Y, uma alvenaria estrutural.

35

A ordem correta, da esquerda para direita, para a execução de subcoberturas em telhados é a instalação de:

- (A) caibros – testeira – calha do beiral – manta de alumínio – contra-caibros;
- (B) testeira – caibros – manta de alumínio – calha do beiral – contra-caibros;
- (C) testeira – caibros – contra-caibros – calha do beiral – manta de alumínio;
- (D) manta de alumínio – testeira – contra-caibros – caibros – calha do beiral;
- (E) contra-caibros – caibros – testeira – manta de alumínio – calha do beiral.

36

A garagem do prédio do tribunal foi construída em um anexo, e parte do seu telhado está apoiado em uma viga engastada-apoiada, com seção transversal constante e vão de 4m de comprimento, gerando sobre essa uma carga uniformemente distribuída de 16 kN/m ao longo de todo o seu vão. Sabendo que a viga está em equilíbrio, o valor do seu momento fletor máximo positivo, em kNm, é:

- (A) 16;
- (B) 18;
- (C) 20;
- (D) 32;
- (E) 36.

37

Em aquíferos granulares a porosidade é um parâmetro muito importante. Porosidade de um solo é a relação entre o volume de vazios e o volume total do solo, expressa em porcentagem.

A sequência com aumento na porosidade dos solos é:

- (A) arenito – areia média – silte – argila;
- (B) areia média – silte – argila – arenito;
- (C) argila – arenito – areia média – silte;
- (D) silte – argila – arenito – areia média;
- (E) areia média – arenito – argila – silte.

38

Em um bloco de concreto de dimensões 1,5m x 1,5m x 2,0m assentado sobre um solo é aplicada através de um pilar uma carga de 243kN. Sabendo que acima desse bloco existe uma camada de solo com 4,5m³, com peso específico de 20kN/m³, que também gera carga sobre o bloco, e que o próprio bloco de concreto, em função de seu peso específico de 26kN/m³, também contribui de forma adicional, a pressão de contacto do bloco sobre o solo é:

- (A) 0,10 Mpa;
- (B) 0,15 Mpa;
- (C) 0,20 Mpa;
- (D) 0,25 Mpa;
- (E) 0,30 Mpa;

39

A tabela a seguir apresenta uma série histórica de precipitações diárias máximas anuais, expressas em mm.

Ano	Precipitação	Ano	Precipitação
1945	49,3	1960	44,3
1946	68,5	1961	75,6
1947	85,4	1962	66,8
1948	62	1963	57,2
1949	87,4	1964	58,5
1950	66,5	1965	83,9
1951	75,6	1966	59,1
1952	96,2	1967	98,2
1953	60,2	1968	136
1954	45	1969	53,4
1955	80,2	1970	89,1
1956	116,4	1971	60,6
1957	54,6	1972	68,9
1958	72,1	1973	90
1959	55,6		

Se o cálculo da frequência de ocorrência de um dado m da série for calculada pelo Método Kimbal ($f = m/(N+1)$), onde N é o número total de inferências da série de dados em análise, o Tempo de Recorrência da precipitação de 89,1mm é:

- (A) 7,5 anos;
- (B) 6,0 anos;
- (C) 5,0 anos;
- (D) 4,0 anos;
- (E) 2,5 anos.

40

Se o tempo de retorno de uma vazão crítica de projeto é de 2,5 anos, o risco de ocorrer uma vazão superior a essa vazão crítica nos próximos 5 anos é de:

- (A) 4,45 %;
- (B) 7,78 %;
- (C) 43,33 %;
- (D) 92,22 %;
- (E) 95,55 %.

41

Um engenheiro foi chamado para realizar os cálculos hidráulicos de um canal de seção transversal trapezoidal simétrica com largura de fundo de 6,0 metros, largura na superfície da água de 12m e altura do fundo à linha d'água de 4,0 metros. Com base nesses dados, o raio hidráulico desse canal é:

- (A) 0,35 m;
- (B) 0,65 m;
- (C) 1,29 m;
- (D) 1,75 m;
- (E) 2,25 m.

42

Relacione as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 com suas respectivas definições:

1. Concorrência;
2. Tomada de preços;
3. Concurso.

() é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;

() é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias;

() é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

A sequência correta é:

- (A) 1, 3, 2;
- (B) 2, 1, 3;
- (C) 2, 3, 1;
- (D) 3, 2, 1;
- (E) 3, 1, 2.

43

Um órgão federal da administração pública brasileira pretende contratar o João José, cantor sertanejo consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, através de seu empresário exclusivo, para a festa de inauguração da milésima unidade habitacional construída em um estado no presente ano. No que diz respeito ao previsto na Lei 8.666/93, a contratação:

- (A) depende de licitação na modalidade concurso;
- (B) depende de licitação na modalidade concorrência;
- (C) depende de licitação na modalidade tomada de preços;
- (D) não depende de licitação, pelo caso ser uma hipótese de dispensa;
- (E) não depende de licitação, pelo caso ser uma hipótese de inexigibilidade.

44

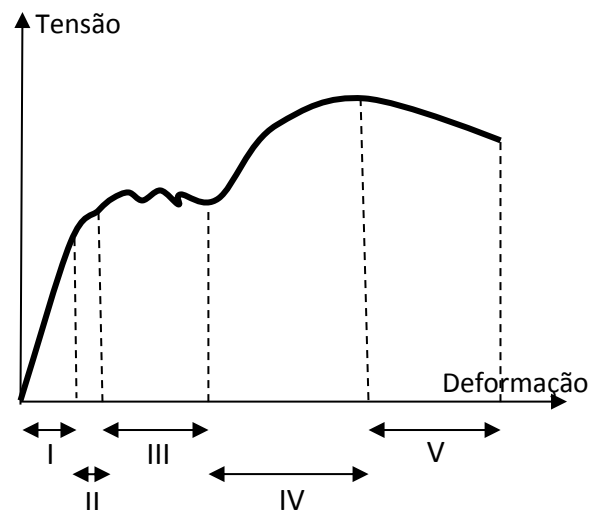
Na produção de concretos existe uma recomendação de utilização de agregados graúdos de rochas que possuam uma compressão simples de 2,5 a 3 vezes a resistência à compressão do concreto a ser produzido. Assim é importante diferenciar as rochas quanto a essa propriedade.

A sequência que apresenta as rochas em ordem decrescente de resistência média à compressão simples é:

- (A) basalto – diabásio – granito – gnaiss – calcário duro;
- (B) granito – gnaiss – basalto – diabásio – calcário duro;
- (C) gnaiss – basalto – diabásio – calcário duro – granito;
- (D) calcário duro – granito – gnaiss – basalto – diabásio;
- (E) gnaiss – granito – calcário duro – diabásio – basalto.

45

Uma barra metálica submetida a um esforço crescente de tração axial sofre uma deformação progressiva descrita pelo gráfico de tensão-deformação da figura abaixo.



O encruamento do metal ocorre no trecho:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) IV;
- (E) V.

46

Uma estação de tratamento de esgoto (ETE) que trata uma vazão de 1.500 m³/dia recebe uma concentração de DBO de 300 mg/L. Se a carga efluente da estação é de 45 kg/dia, a eficiência de remoção de DBO da ETE é de:

- (A) 10 %;
- (B) 30 %;
- (C) 40 %;
- (D) 80 %;
- (E) 90 %.

47

Um sistema de esgotamento sanitário com 30 km foi projetado para atender uma população de 18.000 habitantes, que possui consumo de água médio por pessoa de 240 l/(hab.dia). Sabendo que só existem contribuições de esgoto doméstico ligadas a essa rede, que a relação esgoto/água é de 0,80, que a taxa de infiltração da rede é de 0,0005 l/(s.m), que o coeficiente do dia de maior consumo K1 é de 1,25 e que o coeficiente da hora de maior consumo K2 é de 1,40, a vazão final de projeto que sai a jusante dessa rede é:

- (A) 55 l/s;
- (B) 65 l/s;
- (C) 70 l/s;
- (D) 75 l/s;
- (E) 85 l/s.

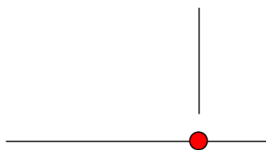
48

Para o dimensionamento de um sistema de captação de águas de chuva do telhado de um galpão de uma água, um engenheiro verificou que a precipitação crítica de projeto é de 180mm/h. Se a área de captação do telhado é de 2100m², segundo a NBR 10.844/89 a vazão de dimensionamento da calha para atender a precipitação crítica é de:

- (A) 105,0 l/s;
- (B) 94,5 l/s;
- (C) 84,0 l/s;
- (D) 78,8 l/s;
- (E) 73,5 l/s.

49

Os comandos de precisão OSNAP do AutoCAD são aqueles que reconhecem pontos importantes de entidades, quaisquer que elas sejam. Quando duas entidades estão próximas de se cruzar em um ponto, mas não chegam a se tocar, pode ser usado um comando de precisão para definir o virtual ponto de cruzamento, como na figura abaixo.

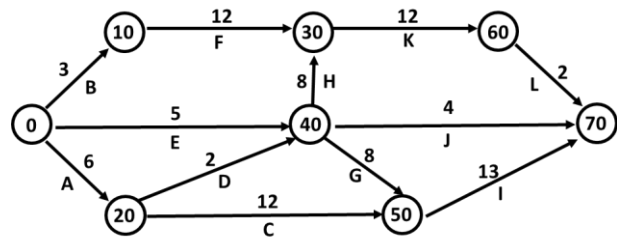


Esse comando de precisão do OSNAP é o:

- (A) Quadrant;
- (B) Apparent Intersection;
- (C) Perpendicular;
- (D) Nearest;
- (E) Trim.

50

A figura abaixo mostra uma rede PERT-COM:

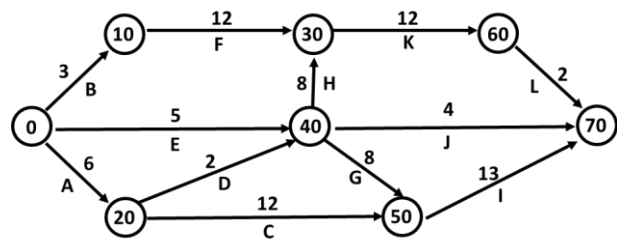


As atividades, nomeadas pelas letras, estão representadas por setas. Cada atividade possui duração em dias corridos expressa pelo número acima da seta. Os círculos mostram as incidências de início e término das atividades e o projeto se inicia em 0 e termina em 70. O caminho crítico da rede é:

- (A) 0 - 10 - 30 - 60 - 70;
- (B) 0 - 40 - 30 - 60 - 70;
- (C) 0 - 40 - 70;
- (D) 0 - 40 - 50 - 70;
- (E) 0 - 20 - 50 - 70.

51

Considerando a mesma rede PERT-COM:



A folga da atividade G do projeto é:

- (A) 0;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 4;
- (E) 19.

52

Um engenheiro observou que para executar 1 m^2 de parede de 19 cm de alvenaria estrutural de bloco de concreto (19x19x39)cm c/argamassa mista de cal hidratada são consumidos: 0,8 h de pedreiro, 1,00 h de servente, 13 blocos e $0,018\text{ m}^3$ de argamassa pronta.

Os custos desses insumos, incluídos os encargos sociais de mão de obra, são:

Item	Custo
Bloco	R\$ 3,20 / un
Argamassa pronta	R\$ 350,00 / m^3
Servente	R\$ 6,00 / h
Pedreiro	R\$ 14,00 / h

Se o BDI por decisão do empreiteiro será nulo, o custo unitário total desse serviço, incluindo materiais e mão de obra, é:

- (A) R\$ 6,00;
- (B) R\$ 11,20;
- (C) R\$ 41,60;
- (D) R\$ 54,80;
- (E) R\$ 65,10.

53

No serviço de remoção mecanizada de revestimento betuminoso executado em uma BR, foram levantados a equipe de máquinas e as utilizações por equipamento mostradas na tabela abaixo. Os equipamentos de um mesmo tipo possuem mesma produtividade.

Equipamento	Quantidade	Utilização produtiva	Utilização improdutiva
Motoniveladora	1	0,64	0,36
Carregadeira de Pneus $1,7\text{ m}^3$	1	1	0
Caminhão basculante 10 m^3	0,5	1	0

Sabendo que a produtividade da carregadeira de pneus foi de $72\text{ m}^3/\text{hora}$, a produtividade máxima de uma motoniveladora é:

- (A) $100,0\text{ m}^3/\text{hora}$;
- (B) $112,5\text{ m}^3/\text{hora}$;
- (C) $150,0\text{ m}^3/\text{hora}$;
- (D) $174,4\text{ m}^3/\text{hora}$;
- (E) $288,0\text{ m}^3/\text{hora}$.

Legislação Institucional

54

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

55

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

56

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

57

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

58

O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

59

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

60

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

61

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

62

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

63

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

64

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

Geografia e História de Rondônia

65

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

66

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

67

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

68

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

69

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

70

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Realização

